

Segunda-Feira, 28 de Julho de 2025

## Justiça torna Nikolas e aliados réus por suposta fake news; processo pode tornar inelegíveis

**DENÚNCIA no MP**

G1

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) aceitou a denúncia do **Ministério Público** contra o deputado federal [Nikolas Ferreira](#) (PL), o deputado estadual [Bruno Engler](#) (PL) e duas aliadas por suposta [disseminação de informações falsas contra o ex-prefeito](#) de [Belo Horizonte](#), [Fuad Noman](#), durante o segundo turno das eleições municipais de 2024.

Pela legislação brasileira, os envolvidos se tornaram réus, o que indica que há evidências suficientes para abertura da ação penal. Se ao final do processo, houver condenação por órgão colegiado (como um Tribunal Regional Eleitoral), os deputados poderão ser declarados **inelegíveis**.

Além de Nikolas e Engler, são alvos da ação a deputada estadual Delegada Sheila (PL) e a Coronel Cláudia (PL), que foi candidata a vice-prefeita na chapa de Engler. O **g1** entrou em contato com Nikolas e Sheila, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem. Engler e Coronel Cláudia disseram que só vão se manifestar nos autos.

Engler foi candidato à prefeitura de BH em 2024, [mas foi derrotado pelo então prefeito Fuad Noman \(PSD\) no 2º turno das eleições](#). Segundo o MP, o adversário de Fuad e demais envolvidos fizeram uma "campanha sistemática de desinformação" para prejudicar a imagem de Fuad, que morreu em março deste ano, e favorecer o candidato do PL na corrida eleitoral (**leia mais abaixo**).

A decisão foi assinada pelo juiz Marcos Antônio da Silva, da 29ª, nesta sexta-feira (25). No texto, ele afirmou que a denúncia do Ministério Público traz detalhes que reforçam que os réus violaram a legislação.

"Verifica-se que a descrição dos fatos permite a compreensão sobre a imputação do evento tido como ilícito, possibilitando a ampla defesa dos acusados, tendo sido definidos, com precisão, os limites da acusação, sendo certo que ao final o órgão ministerial entendeu que as condutas dos acusados violaram a norma penal", disse.

### Campanha coordenada

A denúncia do Ministério Público de Minas Gerais inclui, além dos deputados [Nikolas Ferreira](#) e [Bruno Engler](#), a [deputada estadual Delegada Sheila \(PL\)](#) e a [Coronel Cláudia \(PL\)](#), que foi candidata a vice-prefeita na chapa de Bruno Engler.

O Ministério Público acusa os quatro denunciados de crimes eleitorais cometidos durante o segundo turno das eleições municipais em 2024.

Segundo a denúncia, houve uma **campanha coordenada de desinformação** contra o então prefeito e candidato à reeleição, Fuad Jorge Noman Filho. Os acusados fizeram uma série de ataques nas redes sociais contra o livro "Cobiça", escrito por Fuad em 2020.

Na obra, uma personagem relata que sofreu abuso sexual quando criança. No entanto, o adversário de Noman retirou trechos de contexto para forçar o entendimento de que o texto endossava a prática do crime.

#### **Segundo o MP, a estratégia do grupo incluiu:**

- uso de trechos descontextualizados de um livro escrito por Noman;
- falsa acusação de que o ex-prefeito expôs crianças a conteúdo impróprio durante um festival de quadrinhos promovido pela prefeitura.

### **'Alcance massivo'**

Na época, a [Justiça de Minas determinou que os parlamentares removessem o conteúdo das redes sociais](#).

Já Nikolas Ferreira teve participação central e decisiva nos ataques contra o ex-prefeito de BH, pois usou seu "alcance massivo" nas redes sociais para "produzir e disseminar conteúdo sabidamente falso e ofensivo, com o claro intuito de desequilibrar a disputa eleitoral".

A vice da chapa de Engler, Coronel Cláudia, e a deputada estadual Delegada Sheila foram denunciadas pelo compartilhamento de desinformação sobre o livro

### **Pedidos da condenação**

Na representação criminal, o MP pediu que, caso os acusados sejam condenados, a Justiça fixe um valor mínimo de indenização por danos morais. Essa quantia deverá ser destinada a uma instituição de caridade escolhida pelo juiz do processo, já que os familiares da vítima optaram por não receber a compensação.

Além disso, o MP solicitou que os direitos políticos dos denunciados sejam suspensos após uma eventual condenação definitiva. Isso significa que eles poderão ficar impedidos de votar e se candidatar a cargos públicos enquanto durarem os efeitos da sentença.

**Fonte: G1**